

Campo de Batalha

Cartografia de terreiros e os conflitos com igrejas neopentecostais em São Gonçalo e Niterói

ABRINDO A GIRA

A percepção sobre casos de intolerância religiosa no estado do Rio de Janeiro despertou em mim o impulso de entender o que eram esses crimes, suas motivações e autores. Ao andar a cidade, surgiu daí o empírico questionamento: se terreiros tendem a ser violentados, teria isso relação com o fato de serem, na conformação urbana, escondidos e comumente invisíveis? E, ainda, teria isso alguma relação com a inversa evidência urbana das igrejas neopentecostais, muitas vezes monumentais e que, em grande parte, se localizam em vias principais?

Por ser umbandista, essa será a matriz central da pesquisa tendo em mente que os símbolos, saberes e códigos, apesar de intimamente conectados ao candomblé, são diferentes. É importante também destacar minha posição como praticante de cultos afro-brasileiros sendo uma pessoa branca. Minha condição como indivíduo faz parte de um contexto, explicado por Portela (2007):

“O candomblé é uma religião, mas antes de tudo é também um processo de síntese da resistência da cultura negra no Brasil. Os diversos tipos de candomblé e até mesmo a umbanda (herdeira do desejo de “embranquecimento” das elites), não deixa, de ser uma tática de infiltração no espaço urbano porque os agenciamentos de cada casa, de cada despacho ou batuque reterritorializam os limites impostos à cultura negra, visibilizada ou recalcada de acordo com as circunstâncias ou com o lugar”. (PORTELA, 2007, p.20)

Deste modo, o seguinte trabalho traz uma reflexão sobre as dinâmicas territoriais e relações sociais dos terreiros de matrizes afro-brasileiras ao longo dos últimos anos em São Gonçalo e Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Utilizo a abordagem do conflito urbano como tensionamento inerente à vida social. Essa interpretação permite o desvelamento e enfrentamento de obstáculos ao desenvolvimento e democratização das cidades.

A relevância do tema se dá na tentativa de entender quais são os conflitos e disputas entre igrejas neopentecostais e terreiros de matrizes afro-brasileiras e formas de espacializá-los. É também um experimento de possíveis caminhos para a proteção à memória e direito à cidade dos povos de terreiro, uma vez que as crescentes ações de intolerância e racismo religioso os tornam cada vez mais vulneráveis e invisibilizados.

Utilizando as ferramentas cartográficas e metodologias do urbanismo, busquei compreender os fenômenos, processos e cruzamentos inseridos tal qual palimpsestos (SECCHI, 2006) nas cidades de São Gonçalo e Niterói.

Ainda que as duas matrizes sejam próximas, apresentam dados socioespaciais muito distintos. Os dados existentes sobre a violência contra terreiros costumam tratar da cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, sobre o candomblé, havendo assim, um hiato de informações sobre o embate ocorrido

em outras cidades e em outras matrizes, como a umbanda. Daí, a importância desse esforço em levantar e retratar as manifestações de uma violência presente e constante, mas ainda com obstáculos em seu registro, muitas vezes generalista.

Destaca-se que os terreiros são atrelados à espacialidade, ou seja, sua distribuição é feita de forma lógica no que diz respeito à escolha de sua localização, locação e assentamento¹. A movimentação percebida e atestada desses terreiros em seus deslocamentos, muitas vezes em virtude das hostilidades sofridas, gera uma perda de memória e saberes associados aos seus locais originais. Sobre isso, Velame (2019) indica:

“O espaço do terreiro (...) não se restringe apenas ao perímetro interno de seu espaço sagrado e suas construções sacras, ele se projeta pela cidade de diversas formas e maneiras, ele irradia o seu axé pelas ruas (...)”. (VELAME, 2019, p.258)

Por isso, no que tange o papel do arquiteto e urbanista em campo mapeando e construindo uma análise de processos na cidade, há ainda o desejo em tensionar o debate do direito à cidade, do patrimônio e da decolonização das políticas patrimoniais, necessário ao se tratar de movimentos culturais genuinamente negros. Uma vez que os processos urbanos mostram como a cultura desses grupos marginalizados é negligenciada. Políticas públicas existem e há esforços históricos de preservação e enaltecimento dessas culturas, embora ainda sejam insuficientes frente aos avanços ofensivos de outros agentes na direção contrária.

“Se, portanto, o racismo em sua forma institucionalizada, se faz por intermédio das políticas públicas do Estado, devemos assumir que este tem dimensão territorial, como podemos ver em nossa própria história, que em termos de bases das nossas desigualdades, têm a escravidão e a concentração de terras como elementos fundantes.” (GERMANO, 2018, p.8)

Como ocorrido de forma intensiva no governo de Getúlio Vargas e ao longo da ditadura militar, religiões de matrizes afro-brasileiras são perseguidas por diferentes agentes, sejam eles o Estado, instituições públicas ou poderes paralelos. Há, assim, um crescente número de terreiros de umbanda e candomblé sendo violentamente queimados e destruídos no estado do Rio de Janeiro, fruto de discursos e ações de intolerância religiosa.

A primeira casa de umbanda do Brasil – e conseqüentemente, do mundo – foi criada em Neves, bairro da cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. Mesmo reconhecida, sem qualquer tombamento ou salvaguarda, em 2011 foi demolida. Apesar de sua demolição e conseqüente mudança para outra localidade não estar associada à intolerância religiosa, esse fato expõe uma política de preservação patrimonial seletiva e colonizada que contribui para a perda de memória e encantamento presentes naquele espaço. Como afirmam Name e Zambuzzi (2020):

¹ Sendo localização o lugar determinado geograficamente; locação, a demarcação da edificação religiosa no terreno e assentamento, um conjunto formado por determinados objetos e elementos que abrigam a força de uma dada divindade e que são consagrados aos deuses de acordo com suas características. São depositados em lugares e recintos específicos de uma casa de santo. (EVANGELISTA, 2015)

“Na arquitetura, a colonialidade do patrimônio se manifesta na preservação majoritária do legado europeu, branco e católico na América Latina e Caribe: as edificações da administração colonial, imperial ou das novas repúblicas, os empreendimentos de uma economia originalmente escravista (...) e os templos de matriz católica foram e continuam sendo majormente os elementos do passado escolhidos como o que deve ser preservado (...)” (NAME; ZAMBUZZI, 2020, p.127)

Do ponto de vista legislativo e de mais um agente de intolerância, podemos citar Marcelo Crivella, político, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus e sobrinho de seu fundador, o bispo Edir Macedo. Entre 2017 e 2021, apesar de ter sido prefeito da cidade do Rio de Janeiro e não de Niterói ou São Gonçalo, ele abriu precedentes discursivos e legais sobre esses atos de intolerância com diversas emendas parlamentares associadas à Igrejas Neopentecostais, além de narrativas que incitavam o ódio e a intransigência.

Sobre o recorte territorial, São Gonçalo e Niterói são duas cidades da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Respectivamente, a segunda e a quinta maiores em população residente². Os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal apontam Niterói como o sétimo município com maior IDH municipal do Brasil com uma pontuação de 0,837, considerada muito alta. Já São Gonçalo encontra-se na posição 795^o, pontuando 0,739.

Dados do Censo de 2010, mostram os percentuais de pessoas autodeclaradas de religião evangélica pentecostal e das religiões umbanda e candomblé. Em São Gonçalo, de 13,4 a 20,5% se autodeclaram evangélicas, enquanto, em Niterói, de 7,6 a 13,3%. Já das que se autodeclaram de matrizes afro-brasileiras, nas duas, o valor é de 0,6 a 1,5% como também no resto da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Relevantes no estado, há ainda escassas informações sobre as disputas religiosas ocorridas nas duas cidades. Por isso, além de estudar Niterói, que apresenta a melhor qualidade de vida do estado do Rio de Janeiro, quis compreender e comparar o mesmo processo na vizinha São Gonçalo, marco zero e berço da umbanda. Será que os diferentes aspectos socioeconômicos das duas influenciam nas formas como as disputas ocorrem nos dois territórios?

CAMINHOS METODOLÓGICOS

No que se refere aos processos metodológicos assumidos, primeiramente, foi criada uma base teórica para a construção de cartografias críticas. Tratando de intolerância religiosa, racismo religioso, embranquecimento urbano e cultural, cerceamento e ressemantização como recortes e, de certa forma, lentes para observar o espaço.

Depois, para uma cartografia das relações sociais, foram levantados dados primários da localização dos terreiros de matrizes afro-brasileiras e igrejas neopentecostais nas duas cidades. E da mesma forma, trago dados secundários sobre renda salarial e raça e cor com a intenção de aprofundar as camadas dos fenômenos observados. Resultado disso foi a representação e análise de minhas observações em uma cartografia primária, seis secundárias e, por fim, cinco

² Segundo o CENSO 2010, 999.728 habitantes em São Gonçalo, atrás apenas do Rio de Janeiro, capital do estado e 487.562, em Niterói.

cartografias cruzadas. Busquei, ainda, uma espacialização em menor escala com os três estudos de caso elaborados.

TEORIA PARA UMA CARTOGRAFIA

Em 2018, comecei a entrar em contato com diversos relatos, notícias e vídeos de depredação de terreiros³ de matrizes afro-brasileiras ocorridos no estado do Rio de Janeiro. Geralmente compartilhados por páginas de redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, esse conteúdo desvelava ações de intolerância religiosa, atrelados a práticas discursivas partindo majoritariamente de fiéis de igrejas neopentecostais indicando que aqueles espaços religiosos - ao se referirem aos terreiros - eram “do Diabo”, “contra os preceitos da Bíblia” ou “contrários a Jesus”.

Nessa mesma época, ano das eleições presidenciais no Brasil, os casos de intolerância religiosa no Rio aumentaram⁴ significativamente contra o candomblé e a umbanda. Isso tudo pode ser considerado parte de uma onda conservadora⁵ no país, fortalecida após as jornadas de 2013 e crescente insatisfação com o governo petista já nas eleições de 2014. Em seguida, com o golpe de 2016, foi possível ver discursos da extrema direita aparecendo e tomando mais força, sendo muitos deles ligados à religião.

As igrejas neopentecostais desempenham uma enorme influência no cenário político brasileiro. Presentes em grandes mídias e conglomerados econômicos, em instâncias dos poderes legislativo e executivo, é parte de uma crescente aderência às religiões evangélicas no país, alcançando 31% da população brasileira, segundo pesquisa do Datafolha de 2019.

O neopentecostalismo, por sua vez, iniciado na década de 1960 nos Estados Unidos, é um braço do protestantismo norte-americano. Sua chegada ao Brasil ocorreu ao final da década de 1970 através de Edir Macedo e a famosa Igreja Universal do Reino de Deus⁶. Com particularidades que se distinguem e se aproximam do pentecostalismo tradicional, os dois grupos creem na Bíblia como texto absoluto e irrefutável como também na volta de Jesus Cristo.

A diferença está na apresentação de seus fiéis. No pentecostalismo, há a figura, até popularmente conhecida, do evangélico de roupas sociais, sendo homens, de terno, e mulheres de saia abaixo dos joelhos e cabelos longos. Já no neopentecostalismo, esse tipo de aparência é deixado de lado, dando uma sensação de flexibilização dos códigos de costumes e conduta.

Há, ainda como parte do escopo da crença neopentecostal, uma constante guerra ao Diabo, personagem bíblico conhecido como anjo caído, que é o rei do inferno e representa o mal. É importante entendermos a fixação com essa alegoria e figura caricata, uma vez que é uma das comparações mais

³ Terreiros são, nos cultos afro-brasileiros, o local onde se realizam os cultos cerimoniais e são feitas oferendas aos orixás (DRURY, 2002). São também o ponto de força e Axé do grupo.

⁴ Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/aumenta-em-51-o-numero-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rj.ghtml> (Acessado em 1 de setembro de 2021).

⁵ O conservadorismo é um movimento político que se apresenta como a reação à transformação, se caracteriza pela apropriação de elementos novos, mas dentro de uma perspectiva anterior. (CARVALHO, 2005, p.2)

⁶ Ao referir-me sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, usarei também a abreviação IURD.

comuns feitas pelos fiéis evangélicos nos casos de racismo religioso: a comparação entre a figura de Exu⁷ e a do “capeta”.

Outra similaridade entre pentecostais e neopentecostais é a execução de rituais com elementos esotéricos, como o exorcismo e os ritos de cura. A apropriação de elementos das religiões de matrizes afro-brasileiras é comum, através da ressemantização (ORO, 1997) de práticas e saberes como no caso do banho de folhas que é ressignificado como sacudimento. Sobre isso, Guimarães (2011) traz:

“A importância atribuída às entidades afro-brasileiras é tamanha, que essa mitologia é incorporada ao sistema simbólico das igrejas neopentecostais de modo que ‘ser bispo, pastor, obreiro e mesmo frequentador da Universal, ao menos aqui no Brasil, implica não somente em conhecer a bíblia e a doutrina pentecostal, mas também em dominar os códigos simbólicos, as crenças e os discursos das religiões afro-brasileiras.’ (ORO, 1997, p.35). Prova disto é o status atribuído aos ex-sacerdotes das religiões dentro da IURD. Estes ocupam posição de destaque dentro da ritualística, sendo chamados para traduzir termos e comportamentos de supostas entidades incorporadas.” (GUIMARÃES, 2011, p.15)

A ressemantização sendo parte de um processo de cerceamento, culmina em uma obliteração das culturas afro-brasileiras. Essa obliteração facilita a cooptação de fiéis, visto que contextualiza, em um novo texto religioso, o culto afro-brasileiro, “paradoxalmente incorporando através do exorcismo as entidades africanas à cosmologia neopentecostal” (GUIMARÃES, 2011, p.16). Mantendo, assim, um alinhamento de práticas à medida que renega suas fontes e gera um apagamento de ritualizações e conhecimentos originalmente negros e indígenas.

A dimensão econômica das igrejas neopentecostais é aspecto central de sua prática religiosa, uma vez que a teologia da prosperidade pregada por elas afirma que Deus destina um suposto sucesso financeiro aos seus fiéis. Dessa forma, há uma troca a ser feita: o dízimo e a doação de bens materiais à igreja é sinônimo de prosperidade, ou seja, quanto maior for sua devoção econômica, maior será o seu retorno e sucesso. Existe, então, uma releitura de pressupostos capitalistas como a meritocracia e a competitividade, aqui apresentados como uma disputa de mercado religioso, onde há uma competição entre a alma dos fiéis.

Por outro lado, a igreja em seu formato atualizado, produz uma rede de apoio e de inclusão comunitária com diversos segmentos em sua programação como os trabalhos com mulheres, crianças, casais, células semanais, que são ambientes mais intimistas e que permitem a troca entre os fiéis sobre aspectos pessoais de suas vidas. Além disso, a igreja hoje dispõe de diversos projetos sociais e a passabilidade necessária para entrar em espaços que outras religiões

⁷ Exu, ou Esù, é cultuado pelas religiões de matriz afro-brasileiras (e também de matrizes africanas, uma vez que aparece em ritos fora do Brasil) como o Orixá do tempo e senhor dos caminhos: ele é o início, ele é o meio e ele é o fim. É também nome de uma das linhas de Umbanda, em que os exus (no plural e diminutivo) são entidades com arquétipos populares e manipulação de bebidas alcóolicas e fumos para a prática de limpezas espirituais e aconselhamento. Os exus mais conhecidos, e comumente depreciados em casos de intolerância, são Tranca Ruas e Exu Caveira.

não conseguem, sendo também um amparo para pessoas em situação de vulnerabilidade social e ou emocional.

“Entre os evangélicos que têm conseguido representações partidárias e parlamentares importantes nas diversas instâncias de poder estão as igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus. A Assembleia de Deus é a denominação que mais cresce em número de fiéis em todo o país, já a Universal vem perdendo adeptos e diminuindo o número de filiados, com exceção da região Nordeste, que se mantém, e a Norte, que se amplia. Não obstante essa tendência de perda de adeptos, a IURD tem se destacado no cenário político”. (MACHADO e NACIF, 2017, p.584)

A IURD está presente em mais de cem países atualmente, com mais de trezentos bispos e quatorze mil pastores. Esses dados revelam como o império de Edir Macedo se ampliou nos últimos quarenta anos. Um dos mercados mais adotados, e pode-se dizer que é também característica do neopentecostalismo de forma geral, é o das mídias, seja o rádio, a TV ou as redes sociais nos últimos anos. Isso expressa como o crescimento econômico defendido como prática e valor da Teologia da Prosperidade está diretamente associado a um expansionismo territorial, político e cultural, cujo modus operandi é o de propagar sua religião dominando o espaço de outras.

Já as matrizes afro-brasileiras são religiões compostas por saberes de cultos africanos, indígenas, católicos e espíritas, que combinados criam variações próprias. É evidente que nem todas as matrizes se comportam dessa maneira, no entanto, deve-se atentar que esses ritos são, apesar de suas origens, seguramente brasileiros, pois investem conhecimentos populares ao longo dos anos de criação da nação a partir de antigas ritualizações já pré-existentes. A umbanda, fazendo parte dessa matriz, se manifesta no encontro entre o candomblé, o catolicismo, a pajelança e o espiritismo - também popularmente conhecido como kardecismo. Reconhecidamente⁸, a umbanda surgiu em 15 de novembro de 1908 em Neves, São Gonçalo com a incorporação do Caboclo das Sete Encruzilhadas pelo médium Zélio Fernandino de Moraes.

“Os terreiros podem dizer-se de candomblé, Xangô, pajelança, jurema, catimbó, tambor de mina, umbanda ou qualquer que seja o nome assumido pelos cultos negros em sua distribuição pelo espaço físico brasileiro. Em qualquer deles, entretanto, permanece ainda hoje o paradigma – um conjunto de representações litúrgicas, de rituais, nagô, mantido, em sua maior parte, pela tradição Ketu.” (SODRÉ, 2019, p.52)

As vestimentas, oferendas, culinárias, ritos, cantos, mágicas e encantamentos presentes nas matrizes afro-brasileiras são, ao longo de décadas, passadas de pessoa para pessoa por uma oralidade. São religiões, além de orais, feitas do chamado “pé no chão”, em que não há uma literatura prévia a ser seguida, mas um conjunto de práticas criadas cotidianamente em cada casa de santo⁹ ao longo de tempos e processos geracionais. A memória e o sagrado presentes nesses ritos são feitos, acima de tudo, do encontro entre o

⁸ “Reconhecidamente”, pois há relatos orais de incorporação de arquétipos e práticas próprias da Umbanda anteriores a 1908 por grupos e pessoas pretas, havendo uma crítica à legitimação da religião apenas após o episódio com um médium branco. Sendo então considerada a história contada incompleta e, conseqüentemente, parte de um branqueamento histórico.

⁹ Outra forma de se referir aos terreiros.

que está fora e o que está dentro. Isto é, da troca entre o que ocorre dentro dos terreiros, mas também das práticas, oferendas e vivências que ocorrem na rua, no espaço urbano público ou ainda, nos espaços de força da natureza como em praias, matas e cachoeiras. A ritualização acontece não só em um espaço privado como é fundamental que exista esses outros espaços de passagem e axé pela cidade.

“O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação. Perdida a antiga dimensão do poder guerreiro, ficou para os membros de uma civilização desprovida de território físico a possibilidade de se “reterritorializar” na diáspora através de um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais. É o egbé, a comunidade litúrgica, o terreiro, que aparece na primeira metade do século XIX – período de investimentos simbólicos marcantes por parte do Estado: Missão Artística Francesa (1816), inauguração da Academia Imperial no Rio de Janeiro (1826) – como a base físico-cultural dessa patrimonialização.” (SODRÉ, 2019, p.52)

As ressignificações necessárias para que os saberes metafísicos, as cerimônias e celebrações vindos de África e também de outras culturas e religiões são peça chave para entendermos quais dinâmicas o terreiro tem com o seu entorno e a cidade ao seu redor.

“Na condensação do terreiro, transpõe-se muito da concepção espacial contida na cosmovisão nagô. Ali se acham presentes as representações dos grandes espaços em que se assenta a existência: o orum (o invisível, o além) e o ayê (mundo visível). Visível e invisível são como duas metades de uma cabaça (igba nla meji), antes unidas, depois separadas pela violação de um tabu – segundo um mito de origem. Orum e ayê, embora diferentes, interpenetram-se, coexistem.” (SODRÉ, 2019, p.53)

Por fim, ao compararmos essas religiões, é razoável compreender como uma existe enquanto sua dominação é cerne da cultura branca, cristã, associada ao domínio da colonialidade, de uma origem imperialista (norte-americana). Seu princípio teológico é o de que seu texto bíblico é o correto e único, já presumindo e renegando tudo que é outro. A construção do sujeito dessa religião existe enquanto sujeito porque se expande, visto que é uma das formas de demonstração de sua fé assim como foi e é para outras religiões cristãs ou monoteístas.

Enquanto a outra existe em uma constante reinvenção de seu sagrado por estar num repetido processo de desterritorialização e reterritorialização (PORTELA, 2007, p.40), cuja prática presume uma transitoriedade, pois ela existe nessa transformação. A umbanda é uma expressão desse amálgama, uma vez que tal mistura foi compulsória e necessária, uma conjunção de religiões e sujeitos que foram subalternizados. É, afinal, porque re-existe e segue re-existindo em um outro lugar. E quando estratégico, está em espaços de fundo como forma de proteção.

A intolerância religiosa:

“Não é algo recente na história da humanidade e muito menos na história do Brasil. Todavia, suas formas de manifestação têm sido modificadas de acordo com a organização política, cultural e econômica de cada sociedade em determinado tempo e espaço.” (NOGUEIRA, 2020, p. 20)

De acordo com Santos (2019), os conflitos religiosos andam de mãos dadas com o racismo¹⁰. É preciso entender que os processos que nos trazem aos episódios de intolerância nos últimos anos são parte de um histórico colonial, numa sociedade moldada e construída com bases na escravidão, cuja constituição cultural foi pautada no cristianismo, nos modelos e sistemas de vida europeus, principalmente, portugueses. É de se esperar que aquilo que tenha vindo, majoritariamente, de saberes de África, dos povos originários brasileiros – os verdadeiros donos da terra tupiniquim desde antes de 1500 - e das misturas culturais criadas nesta terra após o “descobrimento”, seja de repulsa e descrédito para um país ainda com traços fortes e muito atuais do colonialismo.

“O preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracteriza pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro, valorizam e conferem prestígio e hegemonia a um determinado ‘eu’ em detrimento de ‘outrem’, sustentados pela ignorância, pelo moralismo, pelo conservadorismo e, atualmente, pelo poder político – os quais culminam em ações prejudiciais e até certo ponto criminosas contra um grupo de pessoas com uma crença considerada não hegemônica” (NOGUEIRA, 2020, p. 21)

Ainda sobre o racismo religioso, esse faz parte de um projeto de embranquecimento do espaço urbano, do apagamento de saberes originais e cultos não-brancos, não só pela negação de todo e qualquer sagrado diferente do bíblico, mas por uma específica e violenta discriminação de corpos não-brancos (sejam eles pretos ou indígenas), onde o que mais incomoda é o que vem desses grupos marginalizados historicamente no Brasil. É importante entender que o cristianismo como instituição, seja com a Igreja Católica nos primeiros séculos da nossa história como país ou com o neopentecostalismo mais recentemente, negam aquilo que não está em suas próprias escrituras. No entanto, no país em que vivemos, estruturalmente racista e em uma constante busca de embranquecimento de costumes, corpos e cidades, a perseguição contra negros é especialmente reforçada, uma vez que a legitimação de um imaginário branco vem da estigmatização do que é considerado impuro religiosamente, crença esta que é levada para todos os âmbitos sociais.

“Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio.” (NOGUEIRA, 2020, p. 21)

O embranquecimento cultural não vem de hoje. Ao final do século XIX e começo do século XX, se popularizou entre figuras como Monteiro Lobato a – pseudociência eugenista, em que utilizavam teorias como a “evolução das espécies” de Darwin para justificar uma suposta hierarquia racial onde a “raça

¹⁰ “O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2019, p.32)

branca" seria superior. Esses conceitos apareceram, e cabe dizer que não por coincidência, no esteio do fortalecimento do movimento higienista carioca, iniciado pelas "limpezas" ainda no período imperial e extremado a partir de 1900 com a remoção das populações mais pobres de áreas centrais. A ideia de miscigenação se apresentou como uma solução¹¹ que embranqueceria a população brasileira. Assim, a chegada de milhões de imigrantes europeus foi financiada enquanto o planejamento da nova Paris era posto em prática, com o plano do prefeito Pereira Passos (1836-1913) para o Rio de Janeiro, onde a principal avenida da cidade, a Avenida Rio Branco, seria alargada e parte do morro do Castelo, demolido. As ações higienistas viriam ainda com mais força no governo seguinte, de Carlos Sampaio (1861-1930) sob discurso higienista e modernizador, com o saneamento e aterro do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, a construção da Avenida Maracanã e quando o morro do castelo foi tomado como símbolo degradado de um passado colonial português e totalmente demolido em 1920, transferindo seus 4 mil moradores para barracos locados na Praça da Bandeira.

Para Sodré (2019), pela perspectiva dos senhores brancos, a figura do escravo era um impeditivo à modernização e à limpeza almejadas, pois o corpo escravizado era ideologicamente comparado à insalubridade. O Pacto Social¹² incluído no movimento de independência já havia excluído o homem negro, que era visto como sinônimo de escravizado, sem a possibilidade de acesso às terras a partir da segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras¹³. As reformas urbanas, apesar de atenderem às expectativas econômicas e produtivas, representavam também uma ideologia dos donos do dinheiro, fossem eles comerciantes, banqueiros ou industriais. Pois, através dessas reformas urbanas, a exclusão do corpo negro das áreas centrais era parte de uma agenda para atrair um comércio estrangeiro europeu.

O enaltecimento das feições europeias, leia-se brancas, era reforçado e incentivado, ao passo que se buscava se esquivar da presença de antigos escravizados. A burguesia construía e ordenava uma cidade higienizada, em que não cabiam as impregnações populares. Não bastava apenas obras físicas nesta urbe do futuro, mas também uma transformação das relações entre grupos sociais, em um processo civilizatório fosse ou não através do uso da força.

“Nos orientando ainda por esta concepção de racismo ‘territorial’, poderíamos pensar que as ações que atacam as populações negras, sejam elas de comunidades quilombolas rurais ou urbanas, povos de terreiro, ou das periferias das grandes cidades, representam tentativas e estratégias de branqueamento do território.” (SANTOS, 2009, p. 42)

No que se refere ao racismo territorial, o cerceamento (SANTOS, 2020) é, em seu sentido figurado, a imposição de limites, restrições ou impedimentos; é também o ato de diminuir e exterminar algo ou alguém. Neste contexto, pode

¹¹ Ver <https://medium.com/@jornaldiasporanegra/o-que-foi-a-pol%C3%ADtica-de-embranquecimento-cultural-no-brasil-do-s%C3%A9culo-xx-e3a4902f6f43> (Acessado em 5 de setembro de 2021).

¹² O Pacto Social pode ser entendido como um acordo de vontades, estabelecido entre o Estado e as representações de trabalhadores e empresas, para determinar uma ampla política econômica de equilíbrio da produção e do emprego, que sirva de base para a normatização coletiva das condições de trabalho pelas respectivas categorias. (PINTO, 1998, p. 198)

¹³ A lei de terras foi uma medida tomada por Dom Pedro II em 1850 para que a zona rural do país fosse dividida oficialmente em latifúndios ao invés de pequenas propriedades. (WESTIN, 2020, p. 2)

ser correlacionado ao expansionismo neopentecostal e aos diversos deslocamentos de terreiros, constantemente ameaçados por ações direta ou indiretamente violentas. No espaço urbano, se dá a partir de uma série de conflitos e disputas de poder como os já citados tipos de intolerância religiosa, ou ainda, por parte de agentes públicos, institucionais ou até mesmo, estruturas econômicas na figura do mercado imobiliário, que expulsam esses terreiros de seus espaços originais.

“Ao analisarmos os processos históricos das minorias religiosas na luta contra a intolerância religiosa no Brasil, na contemporaneidade, observamos que a mesma tentativa de cerceamento e silenciamento promovido pelo poder temporal e espiritual (Igreja Católica) no período colonial, imperial e republicano, no início do século 20, vem se reconfigurando no século 21 por meio de novo agente, mas sobre os mesmos instrumentos.” (SANTOS, 2020, p. 45)

O passado revela como, nesse contexto, a perseguição das religiões de matrizes afro-brasileiras é historicamente mais uma face do racismo estrutural ainda constantemente atualizado e reestruturado, racismo este intrinsecamente ligado às dinâmicas espaciais de formação e transformação das cidades. Em cada década a intolerância religiosa se apresenta de formas diferentes e por diversos agentes, cujo deslocamento espacial dessas religiões não é de hoje e se dá a partir de práticas de cerceamento ao longo dos anos. Assim, o racismo religioso manifesta no espaço urbano o embranquecimento cultural onde a cidade é campo de batalha de um conflito de dimensões raciais, sociais, econômicas e culturais.

CARTOGRAFIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS

O conflito ocorre da porteira para dentro e concomitantemente nas redes desses sagrados nos espaços públicos urbanos. Por isso, buscando entender esses conflitos e me debruçar sobre seus aspectos e consequências, escolhi o caminho dos estudos cartográficos como forma de refletir sobre a espacialização e contextualização das disputas e violências que cruzam os terreiros de matrizes afro-brasileiras e as igrejas neopentecostais.

As cartografias das relações sociais se deram através de um mapeamento feito a partir de um levantamento de igrejas e terreiros nas cidades de São Gonçalo e Niterói utilizando a ferramenta do *Google Maps*. Percorreu-se as ruas das duas cidades virtualmente buscando elementos e nomes que remetesse a essas religiões. Ao total, um a um, foram levantados cem terreiros de matrizes afro-brasileiras e seiscentas igrejas neopentecostais. No começo, pesquisei por palavras-chave na aba de pesquisa do *Google Maps* com termos como “igreja neopentecostal”, “Universal do Reino de Deus”, “Assembleia de Deus”, “Nova Vida” e também “terreiro”, “umbanda”, “centro espírita”, “ylê”, “candomblé” e nomes das divindades, fossem Orixás¹⁴ (como Oxum, Iemanjá, Ogum) ou falanges de umbanda (como caboclo, vovô e vovó) etc. Todavia, a busca percorrendo ruas e buscando cruzamentos se mostrou mais produtiva.

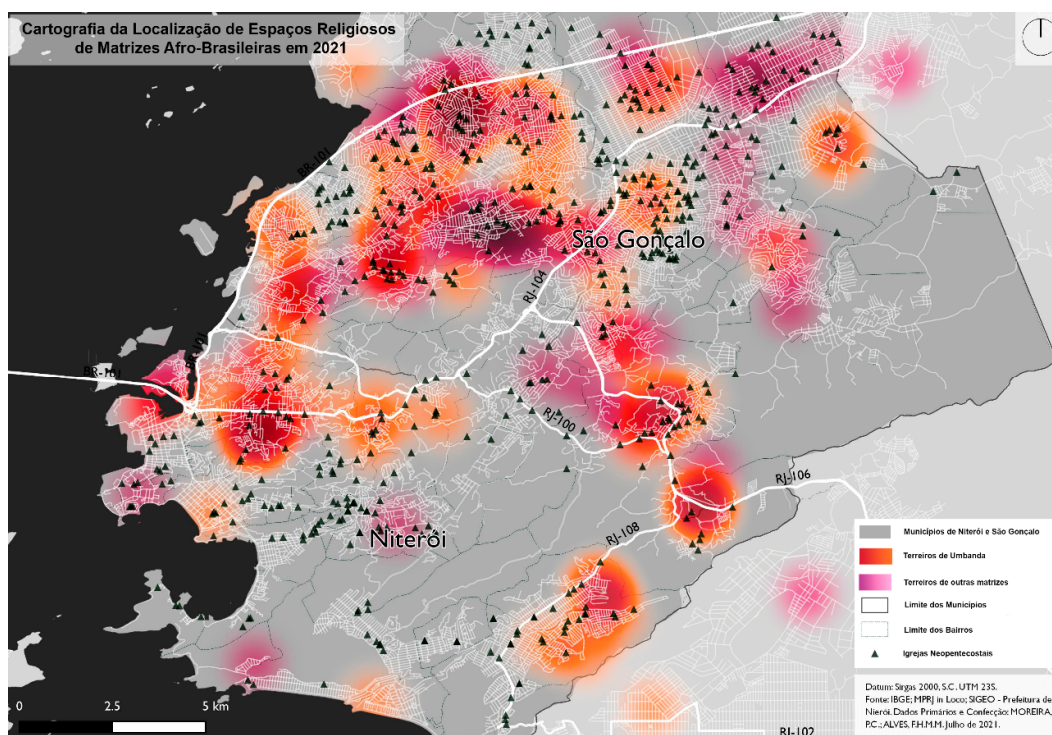
¹⁴ “Os Orixás são as divindades nagôs que foram reunidas na Bahia pelos escravos em um panteão, tendo no terreiro o seu lar, distinto do seu culto na África, onde cada cidade e região cultuavam uma determinada e específica divindade. Os Orixás são essencialmente as energias em estado puro e concentrado da natureza.” (VELAME, 2019, p.20)

Um dado fundamental desta etapa da pesquisa é o *não-dado*. A dificuldade em encontrar informações oficiais de terreiros é sistemática e descortina um baixo registro dos mesmos, nos levando a pensar as motivações para tal. Não só no mapa, mas também em organizações religiosas, federações e órgãos nacionais que não possuem dados de quantos terreiros existem, nem no Brasil, nem por estado ou município.

Após o levantamento, levei esses números para o QGIS para que pudesse haver um cruzamento entre informações geográficas de São Gonçalo e Niterói e a localização das igrejas e dos terreiros. É interessante ressaltar que, ainda no processo de acúmulo de números, já era possível descobrir terreiros em áreas que havia muitas igrejas aglomeradas. Ou seja, parte do método em determinado ponto foi descobrir “onde” estava escondido um terreiro em uma região que apareciam igrejas a menos de 1 km de distância uma da outra. Em várias situações, como mostrarei nos estudos de caso, as igrejas estão literalmente em frente ou ao lado de terreiros.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a apresentação dessas informações. Como os terreiros de matrizes afro-brasileiras são violentados, é preciso ter cuidado com a segurança de dados. Não poderia criar uma situação de vulnerabilidade ao trazer um levantamento extenso e preciso na localização de casas de santo com a possibilidade desses dados serem usados com motivações danosas. Por isso, em vez de graficamente representar 1 terreiro = 1 ponto no mapa, optei por traduzi-los em manchas; sendo as mais fortes uma maior concentração de terreiros em um determinado raio, e as mais claras, uma menor concentração.

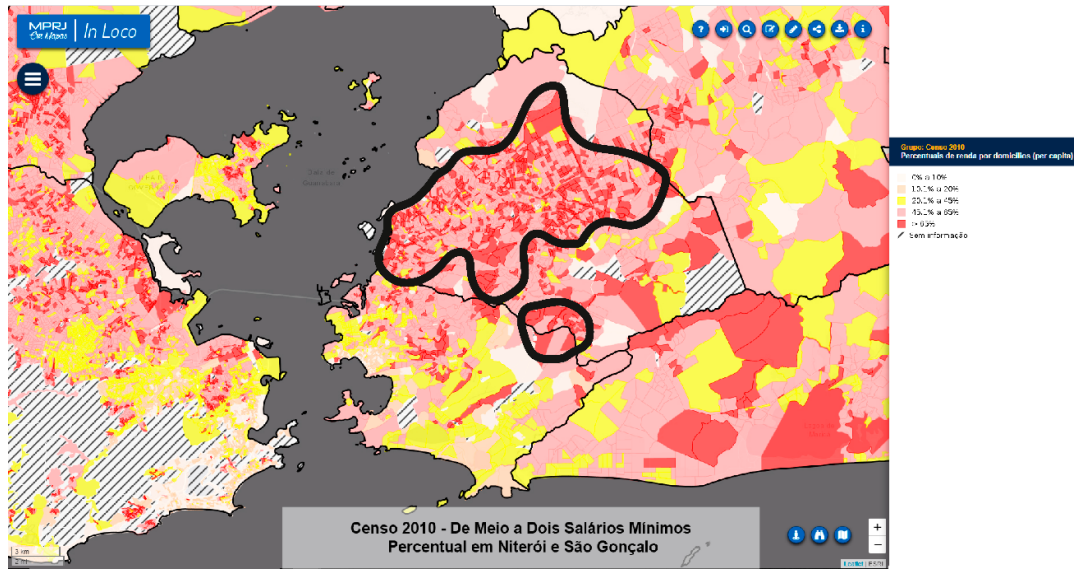
Na cartografia da localização de espaços religiosos de matrizes afro-brasileiras em 2021 (mapa 01), vemos os terreiros de umbanda, os de outras matrizes e as igrejas neopentecostais em São Gonçalo e Niterói. Não é difícil reparar aglutinações de terreiros e igrejas em determinadas áreas, como no bairro do Colubandê em São Gonçalo e no Rio do Ouro, bairro entre São Gonçalo e Niterói. Outro aspecto que é possível observar é o volume entre terreiros em São Gonçalo comparado a Niterói. Claro que não se sabe ao certo se a premissa de que há mais terreiros em uma cidade do que na outra é verdadeira. No entanto, dos terreiros levantados, é evidente a maior concentração em São Gonçalo.



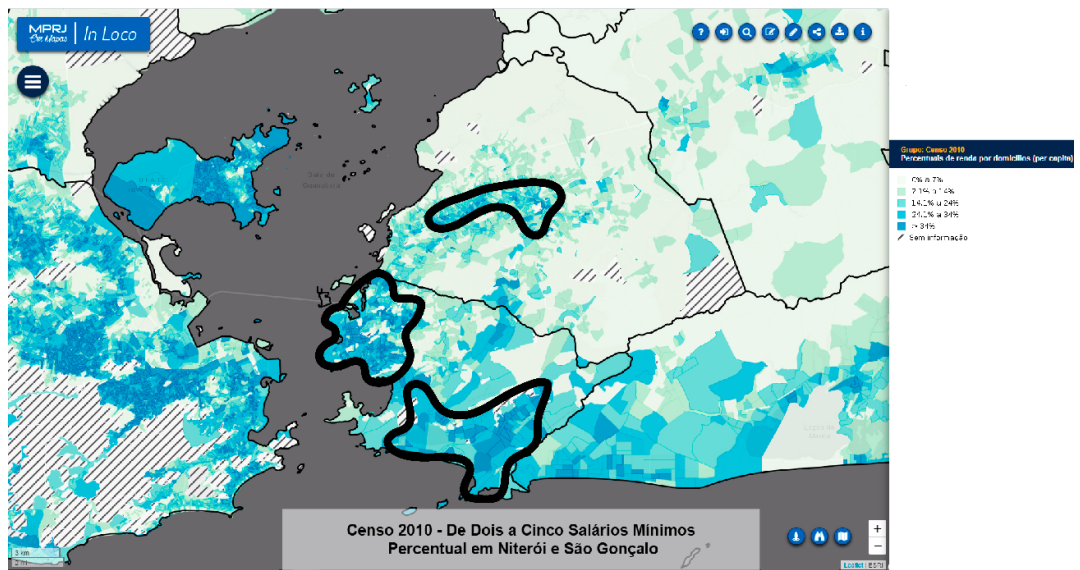
Mapa 01: Cartografia da Localização de Espaços Religiosos de Matrizes Afro-Brasileiras em 2021.

Há uma diferença desproporcional entre o número total de igrejas neopentecostais e o número total de terreiros de matrizes afro-brasileiras nas duas cidades. Apesar do recorte deste estudo, os números encontrados no levantamento são traduzidos no espaço. Enquanto em São Gonçalo, a concentração de igrejas está diretamente ligada à concentração de terreiros, em Niterói, o mesmo não ocorre em todas as áreas. Há uma concentração em um determinado ponto da cidade apenas de igrejas neopentecostais, com apenas um terreiro de candomblé por perto.

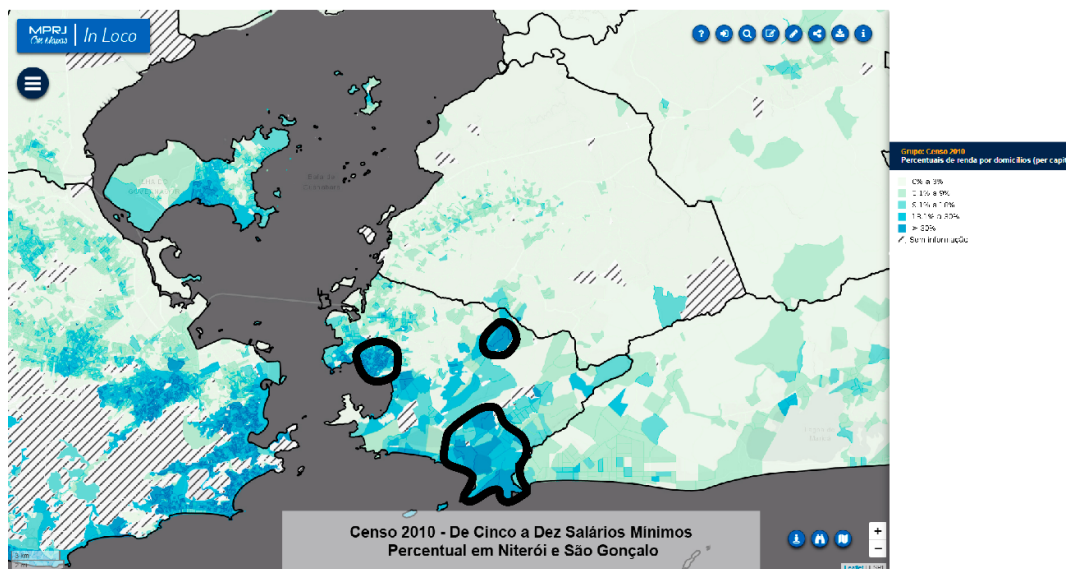
A partir dos dados censitários do CENSO de 2010 do IBGE por município, entre São Gonçalo e Niterói, é possível observar que nos percentuais de renda por domicílio (per capita) na faixa de meio a dois salários-mínimos (mapa 02), há um bolsão de mais de 65% da população em uma extensa área do território de São Gonçalo e uma outra pequena no limite entre São Gonçalo e Niterói, demonstrando o baixo poder aquisitivo da maioria da população gonçalense. Na faixa de dois a cinco salários-mínimos (mapa 03), vemos duas grandes manchas em Niterói (acima de 34% da população) aglomerados na região central (em bairros como Centro, Santa Rosa, Ingá e Icaraí) e também numa pequena faixa em São Gonçalo, próximo a Alcântara, bairro central. Por outro lado, ao examinar a faixa de cinco a dez salários-mínimos (mapa 04), São Gonçalo nem ao menos aparece nos dados mais relevantes, deixando para Niterói a maior parcela da população com maior poder aquisitivo (acima de 30%), em áreas nobres da cidade, na Zona Sul, como em Icaraí e na Região Oceânica (em bairros como Camboinhas e Itacoatiara).



Mapa 02: Censo 2010 – De Meio a Dois Salário-Mínimos – Percentual em Niterói e São Gonçalo.

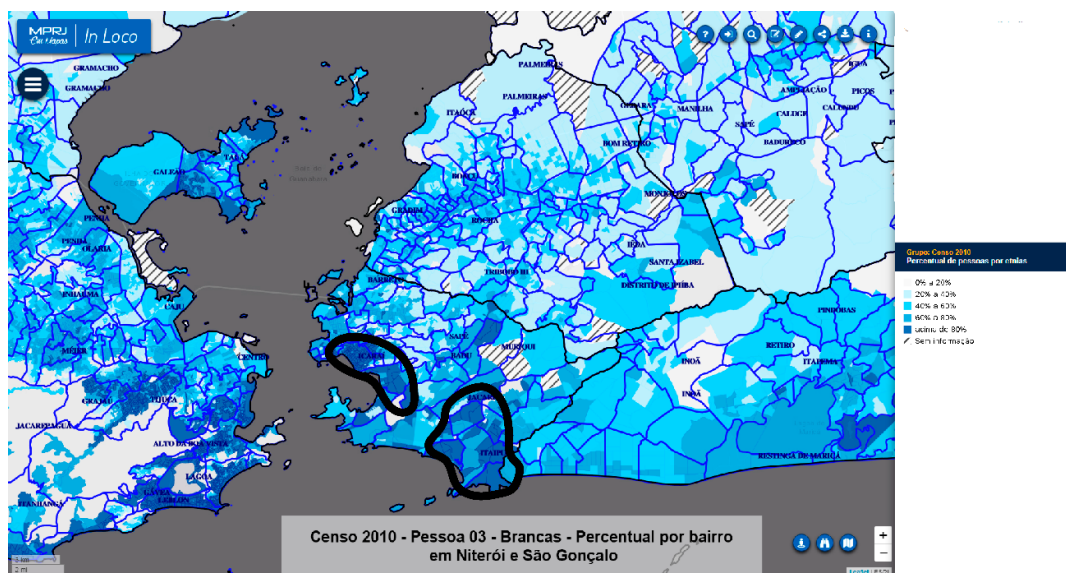


Mapa 03: Censo 2010 – De Dois a Cinco Salários-Mínimos – Percentual em Niterói e São Gonçalo.

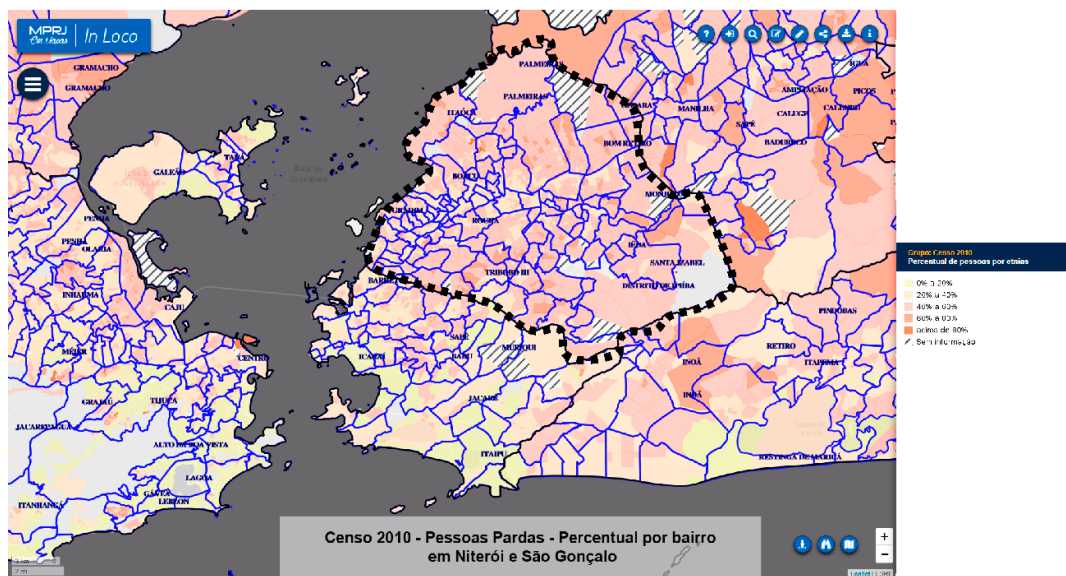


Mapa 04: Censo 2010 – De Cinco a Dez Salários-Mínimos – Percentual em Niterói e São Gonçalo.

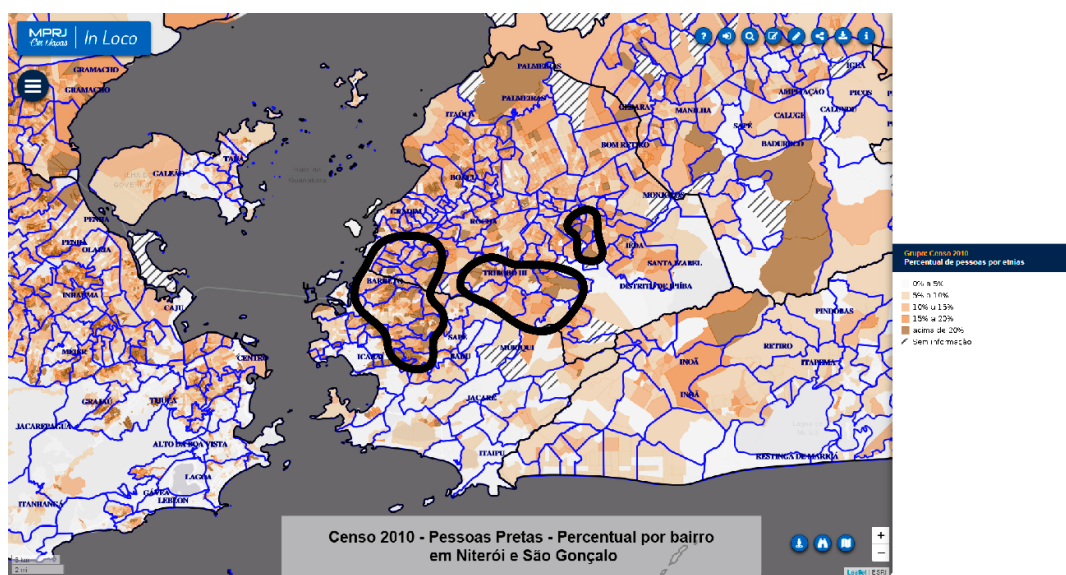
Já no que tange os dados censitários do CENSO de 2010 do IBGE sobre raça e cor, a maior e evidente concentração de pessoas que se autodenominam de etnia branca (mapa 05) é nas mesmas áreas nobres de Niterói (Zona Sul com mais de 80% da população) criando duas manchas: uma no bairro de Icaraí e outra, na Região Oceânica. Sobre pessoas que se autodenominam pardas (mapa 06), pode-se considerar o território inteiro de São Gonçalo como mais relevante, uma vez que o mesmo apresenta um valor geral expressivo comparado a Niterói, com mais de 40% da população em seu território. Por fim, as pessoas que se autodenominam pretas (mapa 07) estão concentradas em São Gonçalo, com uma porcentagem acima de 20% em três regiões da cidade, sendo uma delas contínua até alguns bairros limites com Niterói como Barreto e Fonseca.



Mapa 05: Censo 2010 – Pessoas Autodeclaradas Brancas – Percentual por bairro em Niterói e São Gonçalo.



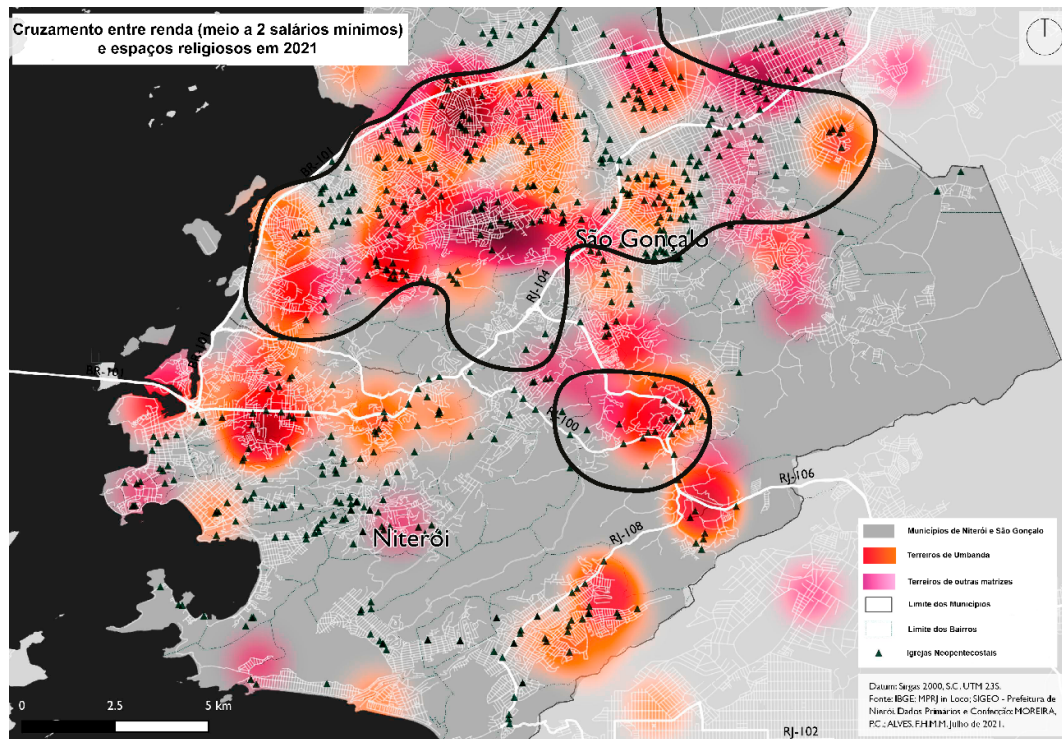
Mapa 06: Censo 2010 – Pessoas Autodeclaradas Pardas – Percentual por bairro em Niterói e São Gonçalo.



Mapa 07: Censo 2010 – Pessoas Autodeclaradas Pretas – Percentual por bairro em Niterói e São Gonçalo.

Cruzando os dados primários, meu levantamento de igrejas neopentecostais e terreiros de matrizes afro-brasileiras, e os dados secundários referentes à renda média, raça e cor, alguns apontamentos devem ser apresentados.

Ao sobrepor a cartografia da localização de espaços religiosos de matrizes afro-brasileiras em 2021 com a de renda média de meio a dois salários mínimos (mapa 08), é expressivo como esta renda circunscreve praticamente as áreas de maior concentração de terreiros do levantamento, localizadas em São Gonçalo.



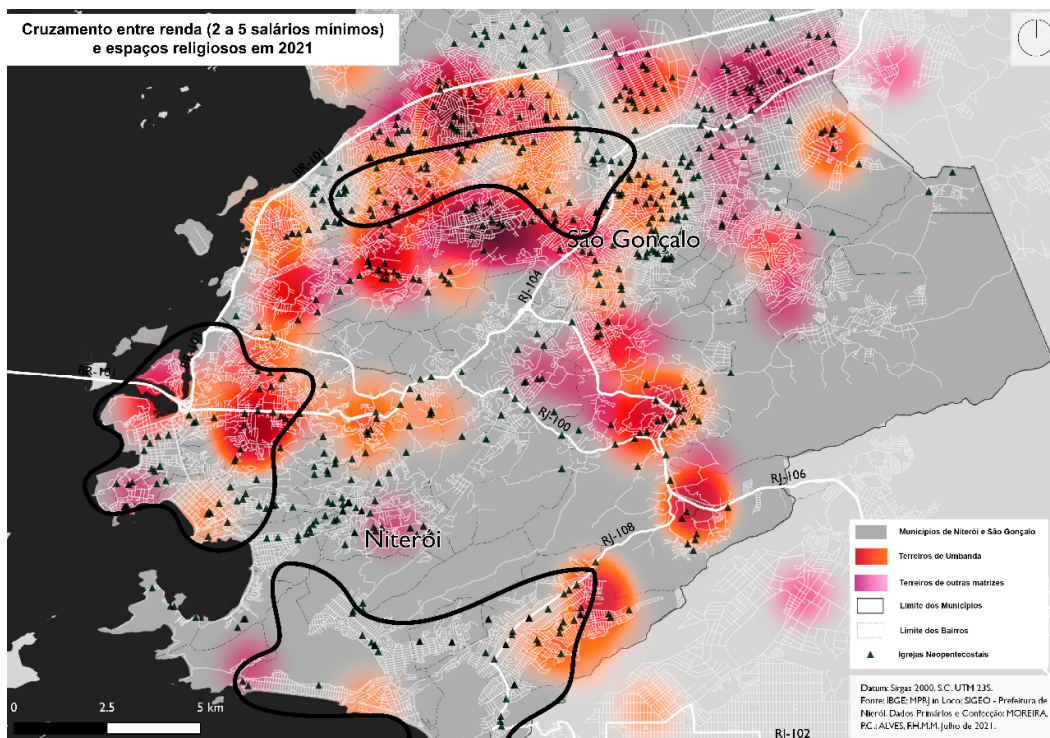
Mapa 08: Cruzamento entre renda (meio a dois salários-mínimos) e espaços religiosos em 2021.

Ao juntar a mesma cartografia com a renda média de dois a cinco salários-mínimos (mapa 09), Niterói aparece com a maior concentração de terreiros na cidade delimitado por uma mancha dessa faixa salarial e uma outra mancha com uma menor quantidade de terreiros, mas relativamente expressiva quantidade de neopentecostais. Já São Gonçalo, aparece com uma faixa de terreiros de Umbanda e proporcional quantidade de igrejas.

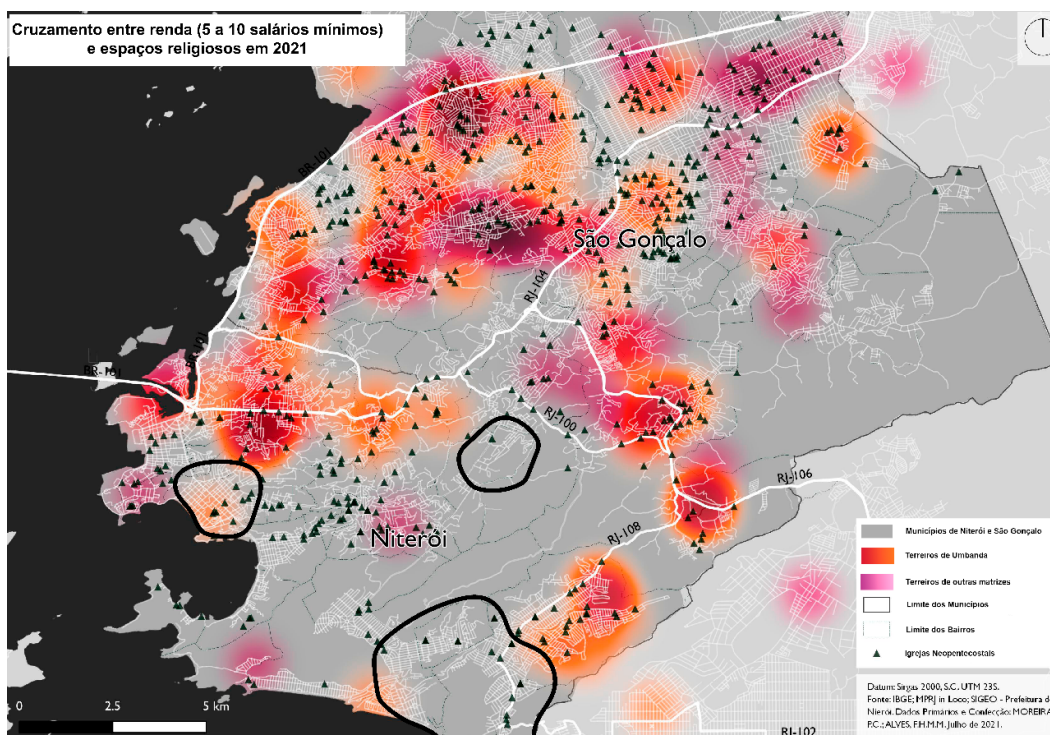
Em contrapartida, comparando a cartografia primária com a renda de cinco a dez salários-mínimos (mapa 10), há basicamente igrejas neopentecostais - tendo apenas um único terreiro em Niterói.

Tratando-se do encontro entre a localização de terreiros e igrejas e a maior concentração de pessoas brancas (mapa 11), nas áreas nobres de Niterói, praticamente as mesmas áreas de maior renda salarial, apenas dois terreiros aparecem, enquanto estão localizadas quase quarenta igrejas.

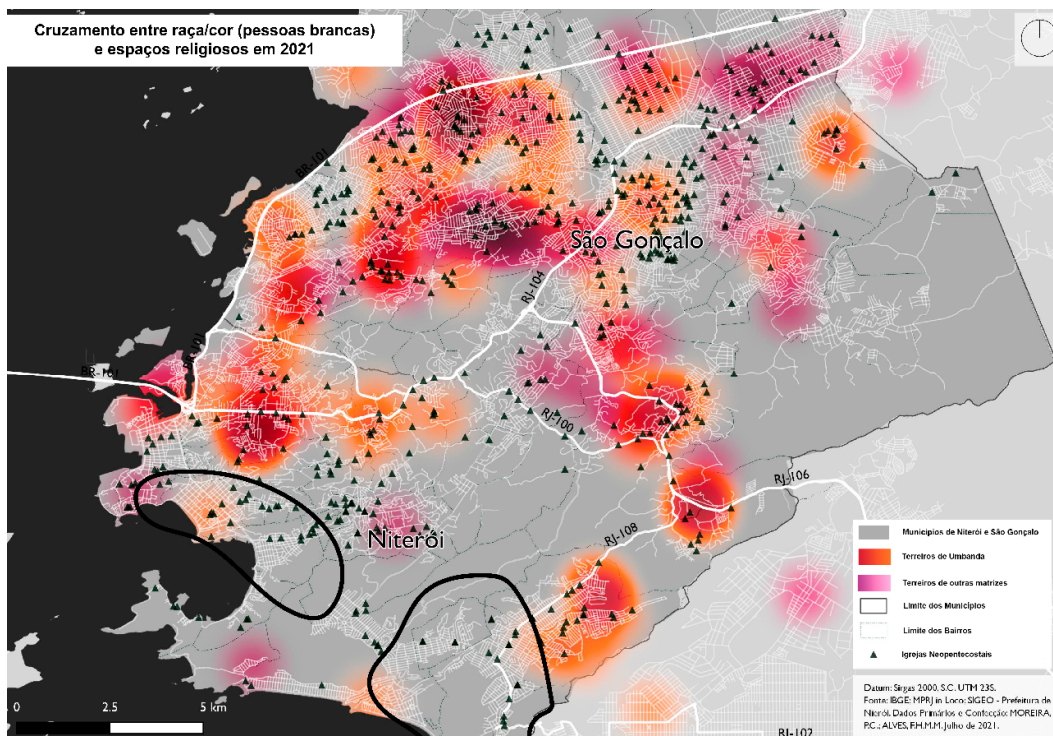
Por fim, cruzando com dados de pessoas pretas e pardas (mapa 12), vê-se a maior concentração de terreiros em Niterói coincidindo com a maior presença de pessoas pretas da cidade. O mesmo ocorre em um dos pontos de concentração de terreiros em São Gonçalo.



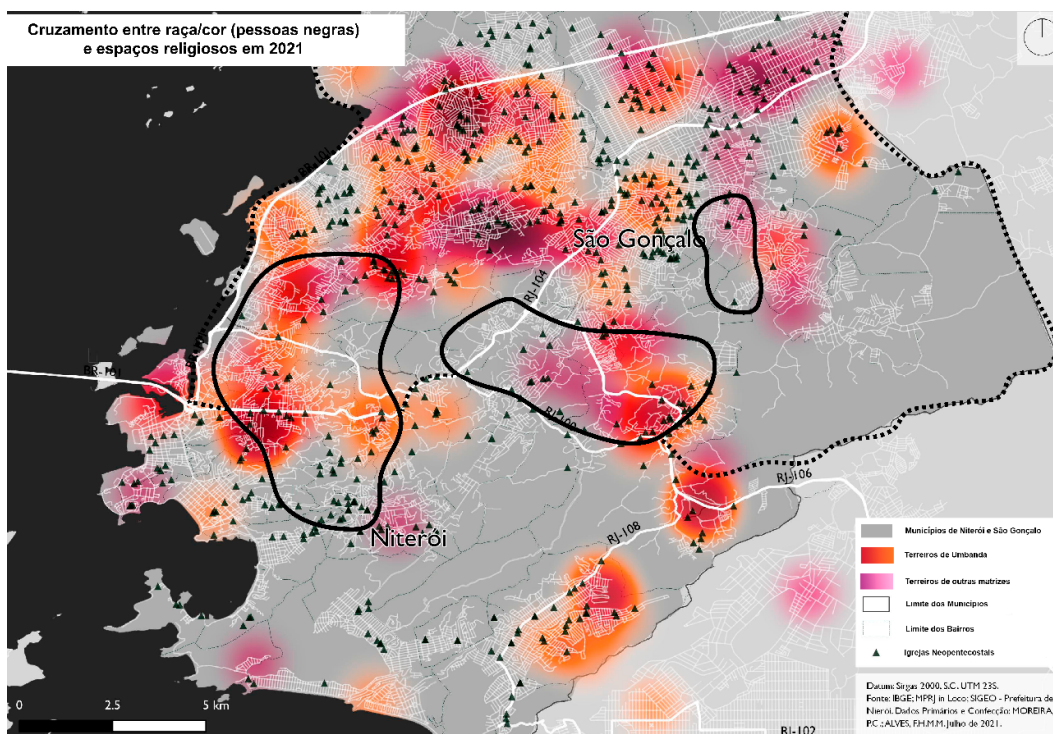
Mapa 09: Cruzamento entre renda (dois a cinco salários-mínimos) e espaços religiosos em 2021.



Mapa 10: Cruzamento entre renda (cinco a dez salários-mínimos) e espaços religiosos em 2021.



Mapa 11: Cruzamento entre raça/cor (pessoas brancas) e espaços religiosos em 2021.



Mapa 12: Cruzamento entre raça/cor (pessoas negras) e espaços religiosos em 2021.

Em síntese, há uma aparente correlação entre a baixa renda e a presença de terreiros, assim como há uma maior manifestação de pessoas pretas e pardas nas áreas destes mesmos espaços religiosos. Isso pode ser reflexo de uma

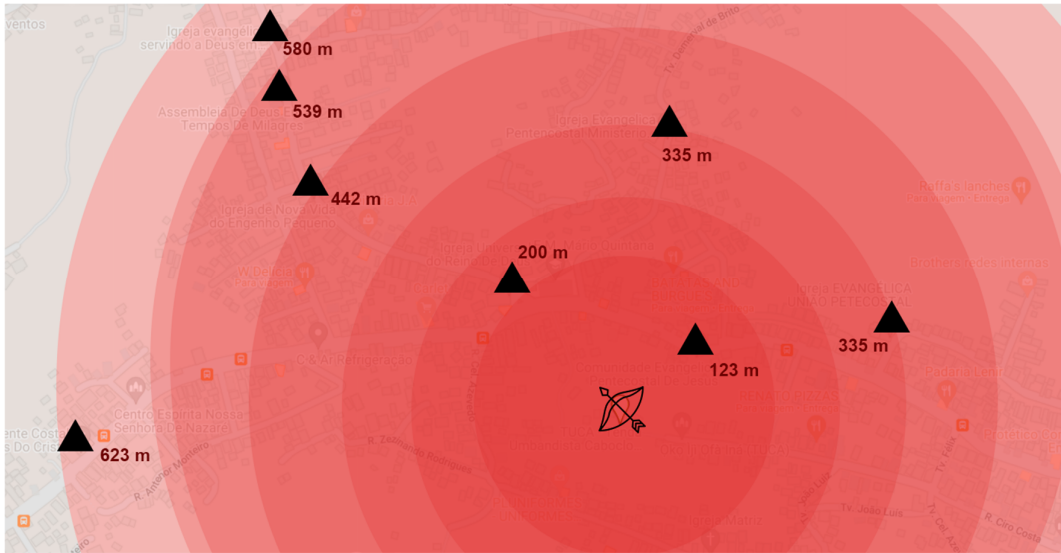
dificuldade de acesso à terra por parte dos povos de terreiro e de um sabido paralelo entre o racismo estrutural e classe econômica. No entanto, nas áreas mais nobres, e também mais brancas, há uma baixíssima existência de terreiros e considerável número de igrejas.

Sobre a relação entre igrejas neopentecostais e terreiros de matrizes afro-brasileiras, mesmo com a dificuldade em precisar datas de origem da maioria dos terreiros encontrados, pode-se considerar que os mesmos fazem parte de um processo de cerceamento pelas igrejas neopentecostais de seus entornos. Justamente por:

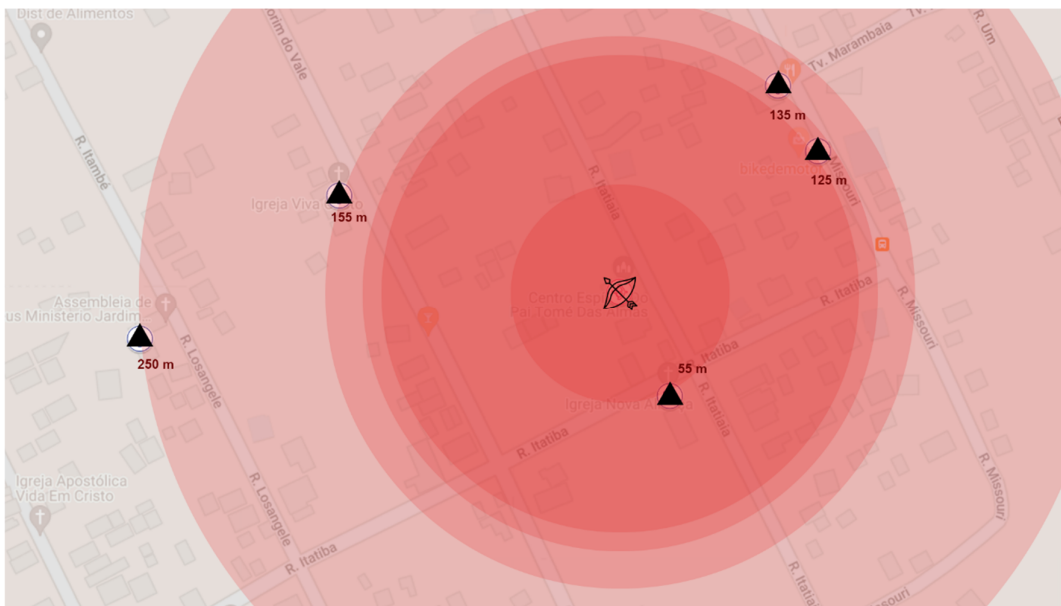
- 1) os diversos casos comprovados de intolerância religiosa, racismo religioso e violências causados por fiéis neopentecostais;
- 2) a falta de dados, datas e registros de terreiros ser também uma forma de racismo religioso e de apagamento da memória de religiões e culturas marginalizadas e dificultar a possibilidade de contar a história desses espaços;
- 3) a religião, cuja estrutura de crença é expansionista territorialmente e culturalmente é a do neopentecostalismo; ou seja, não é lógico pensar que terreiros estariam cerceando igrejas, uma vez que são esses terreiros que sofrem os efeitos de cerceamento e violência;
- 4) A invisibilização institucional de terreiros ser um paralelo delicado, uma vez que a forma de legitimação dessas casas seria através da legalização, mas a legalização como única forma de registro é também uma agressão.

Para elaboração dos estudos de caso, escolhi três terreiros em áreas distintas de São Gonçalo e Niterói e os coloquei ao centro do mapa. Busquei a partir do levantamento de igrejas, quais e quantas igrejas neopentecostais havia em seus entornos. Em seguida, raios de distância foram traçados entre as igrejas e o terreiro ao centro e suas distâncias em metros, marcadas. Os raios, em manchas em rosa, vão gradativamente aumentando sua tonalidade à medida que se aproximam mais do terreiro em foco, simbolizado por um arco e flecha. As igrejas são marcadas como triângulos.

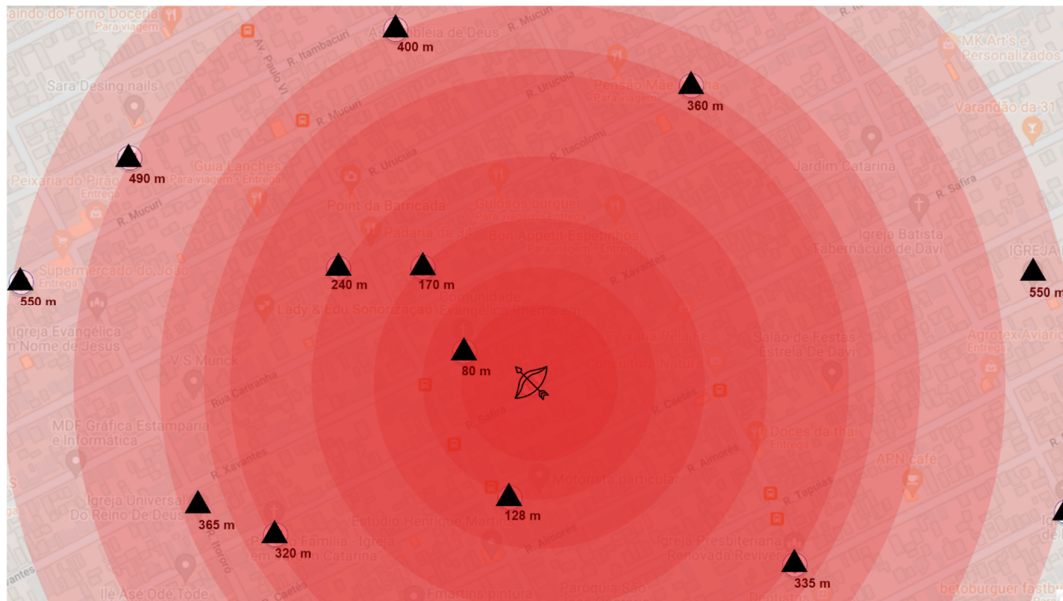
Assim como foi possível constatar na cartografia “macro” com a desproporção entre o número total de igrejas e terreiros, aqui, aproximando a lente, o mesmo ocorre no nível da rua e do quarteirão, havendo uma alta concentração de igrejas circundando os três terreiros analisados. No estudo de caso 01, em até 600 metros de raio, para um terreiro, há oito igrejas, sendo a menor distância a de 123 metros. No estudo de caso 02, em até 250 metros, para um terreiro, cinco igrejas presentes, sendo o mais próximo a 55 metros. Já no estudo de caso 03, em um raio de até meio quilômetro, há treze igrejas, sendo a mais próxima a 80 metros de distância.



Estudo de Caso 01: Terreiro ao centro simbolizado por um arco e flecha rodeado por igrejas simbolizadas por triângulos.



Estudo de Caso 02: Terreiro ao centro simbolizado por um arco e flecha rodeado por igrejas simbolizadas por triângulos.



Estudo de Caso 03: Terreiro ao centro simbolizado por um arco e flecha rodeado por igrejas simbolizadas por triângulos.

Não que essa proximidade entre o expressivo número de igrejas a cada terreno signifique diretamente o cerceamento. Revela, apesar disso, parte de um processo de expansão das igrejas neopentecostais, de pulverização social, disputa de poder e de território. Isso, ligado ao número de casos de intolerância religiosa pelos fiéis evangélicos, nos traz os traços urbanos e simbólicos dessa restrição aos espaços de terreiros. Ora, se institucionalmente, tais igrejas não estão formalmente ligadas aos casos comprovados de violência, uma vez que costumam ocorrer por parte de indivíduos, fundamentalmente, elas cumprem um papel de legitimação de crenças e grupos por serem dominantes cultural e territorialmente. Se as atingissem de maneira negativa o fato de as pessoas usarem a palavra de Deus para o uso da violência e para a prática do racismo religioso, as mesmas criariam projetos ou se imporiam como contrárias a tais discursos. Infelizmente, é preciso enunciar que, na maior parte do tempo, elas se omitem frente à opressão.

A partir dos estudos cartográficos das relações sociais entre terreiros e igrejas neopentecostais e dos estudos de caso pode-se compreender como o racismo religioso e a intolerância estão presentes no espaço urbano em uma escala estrutural, municipal, mas também cotidiana e diária. O embranquecimento cultural se apresenta pela distinção entre áreas nobres e periféricas, respectivamente brancas e pretas, onde há a presença ou não de terreiros, ou seja, onde é possível que fiquem ou não diante dos constantes ataques em diferentes escalas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar as raízes do conflito entre as igrejas neopentecostais e religiões afro-brasileiras, encontra-se a intolerância religiosa, o racismo e o embranquecimento cultural, além de suas consequências como o apagamento, a obliteração e o cerceamento.

São Gonçalo e Niterói, apesar de vizinhas, apresentam aspectos socioeconômicos que influenciam na maneira como os terreiros se dispõem no território e são cerceados por igrejas neopentecostais, uma vez que o acesso à terra foi historicamente negado à população negra, ainda majoritária territorialmente no que se refere aos cultos afro-brasileiros. As áreas mais nobres entre as duas cidades apresentam segregação religiosa havendo praticamente apenas igrejas neopentecostais. Isso tudo nos leva a refletir como parte da constituição e dinâmicas atuais dessas duas cidades é o embate e o conflito entre religiões, traduzidos no espaço.

No que tange às respostas e saídas encontradas pelos povos de terreiros, estar nos espaços de fundo, escondidos na maioria dos casos, foi a única solução para a autopreservação e proteção contra os ataques sofridos frente às ameaçadas em cada década por um novo - ou transformado - agente. No entanto, a resiliência dessas matrizes não pode ser entendida como solução para a liberdade religiosa, responsabilidade do Estado, mas também de todos nós que buscamos sociedades mais justas e humanas.

“É possível perceber que, diferente do que muito se veiculou sobre a história das resistências culturais e religiosas dos afro-brasileiros, como um processo agressivo e violento sem margens de existência e subsistência, a ação dos grupos religiosos, em grande medida o candomblé e a umbanda, sempre foi de enfrentamento direto através de vias legais contra o sistema político social de um Estado laico, mas simpático aos cristianismos.” (SANTOS, 2020, p. 60)

Pelo viés do direito à cidade, é indispensável pensarmos políticas patrimoniais decoloniais que permitam que esses terreiros sejam protegidos em instâncias municipais ou federais de acordo com a necessidade de cada terreiro. Deve ser, ainda, parte do escopo, coletivizar tais esforços protetivos em projetos únicos de formalização ou de proteção ainda em espaço de fundo, a depender da escolha de seus dirigentes. Isso porque, em um momento transitório dessas políticas, nem todos aderirão em virtude de uma desconfiança em reaparecer na cidade de forma não-invisível. É importante então que equipes multidisciplinares formadas por arquitetos urbanistas, geógrafos, cientistas sociais, assistentes sociais e secretarias de combate à intolerância religiosa ligadas às prefeituras sejam capazes de analisar, abarcar e articular os diferentes casos de medidas protetivas a esses povos de terreiro.

O exercício decolonial de criação de instrumentos urbanísticos e patrimoniais nos solicita o entendimento de que a obtenção de dados e de caminhos para a liberdade religiosa não passarão por metodologias positivistas. O mesmo para a preservação da memória, do patrimônio material e imaterial das mesmas, que deverão levar em conta os métodos de existência e saberes desses cultos.

As práticas religiosas devem ser garantidas em seus espaços de fé, nos terreiros, e com as forças trazidas pelos elementos da natureza e tudo o que o circunda, a mata ao redor, a cachoeira, a praia. Por isso, também deve ser salvaguardada a liberdade em permear as redes do sagrado e suas manifestações públicas, suas iconografias e cultos pela teia da cidade. Isso porque tais matrizes se utilizam também da rua e dos espaços públicos para suas cerimônias.

A desmarginalização dos cultos afro-brasileiros é urgente, apesar de sabermos que fruto de processos estruturais de racismo, preconceito e discriminação exige um cuidado e tempo para ser alcançado. No entanto, as políticas e esforços para que isso ocorra são presentes e possíveis de serem continuadas e expandidas agora.

Por fim, é essencial lembrarmos do aspecto cotidiano do sagrado afro-brasileiro:

“As resistências urbanas são anteriores à essa política pública de remoção dos pobres das áreas centrais das cidades. Ela se inicia com os primeiros escravos libertos, que ganhavam a vida nas ruas das cidades, vivendo com e pela sua cultura de matriz africana, tanto praticando a capoeira como vendendo a comida e/ou tocando o samba e, fundamental, criando os terreiros de Candomblé. Essa cultura negra de resistência urbana existe, portanto, a tanto tempo quanto a cultura erudita do urbanismo e, ambas, desde então, vêm ocupando e construindo o espaço público de grandes cidades brasileiras. Uma pelo saber racional e pela cultura dita elevada, cheia de discursos e métodos, a outra pelo saber aprendido no modo de vida chegado das tradições e pelos processos de adaptação à realidade dada, isto é, pelo saber popular.” (PORTELA, 2007, p. 26)

Sabemos pelo que é impresso urbanisticamente na história e na composição das religiões afro-brasileiras que elas continuarão encontrando formas de resistências, de re-existir, de reassentar suas magias e de espalhar seus sagrados em redes invisíveis de axé enquanto a cidade, diante das disputas e tentativas de apagamento, for um campo de batalha.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: PÓLEN, 2019.

COSTA, Leonardo Mattos da. *Lugar de Memória e Luta: a construção do marco zero da umbanda, em São Gonçalo/RJ*. *JESUS HISTÓRICO – Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*, v. 24, n.0, 216-231, 2020.

CARVALHO, Maria. *Ser Conservador*. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 5, n. 50, 2005.

EVANGELISTA, Daniele Ferreira. *Fundando um axé: reflexões sobre o processo de construção de um terreiro de candomblé*. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n1cap03>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FRANCO, Diego Ferreira Cangussu. *As religiões afro-brasileiras: memória, identidade e urbanidade*. São Paulo: PUC CAMPINAS, 2010.

GERMANO, Diego Dhermani Lopes. *Umbanda, Candomblé e Cidade: um estudo de caso sobre o parque da Lajinha e a exclusão das religiões de matriz africana dos espaços públicos urbanos*. Paraíba: AGB, 2018.

GUIMARÃES, Ana Luzia de Oliveira Moreira; GIACOMINI, Sônia Maria. *Mapeamento de casas de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro*. Departamento de Sociologia, 2011. Disponível em:

https://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/SOC/SOCAna%20Luzia%20de%20Oliveira%20Moreira%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 13 jul. 2021.

LUCHESE, Bette. *Aumenta em 51% o número de casos de intolerância religiosa no RJ*. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/aumenta-em-51-o-numero-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rj.ghtml>. Acesso em: 12 mai. 2021.

MACHADO, Mônica Sampaio. NACIF, Cristina Lontra. *Evangélicos, política e espaço: novas estratégias rumo à presidência da república?* Rio de Janeiro: GEO UERJ, 2017.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Rio de Janeiro: N-1 EDIÇÕES, 2018.

NAME, Leo; ZAMBUZZI, Mabel. *Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial*. *Revista Epistemologias do Sul*, v.1, n.3, 2019.

NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. São Paulo: PÓLEN, 2020.

ORO, Ari Pedro. *Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra?*. *Revista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 1, n.1, 1997.

POMBO, Igor Nasiasene. *Territórios do sagrado: espacialidade e invisibilidade dos terreiros de umbanda no município de João Pessoa*. Paraíba: UFPA, 2015.

PORTELA, Thais de Bhanthumchinda. *O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público urbano contemporâneo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: PERSPECTIVA, 2015.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2019.

SANTOS, Ivanir dos. *Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PALLAS, 2020.

SANTOS, João Raphael Ramos dos. *O que foi a política de embranquecimento cultural no Brasil do século XX?* *Jornal Diáspora Negra*, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@jornaldiasporanegra/o-que-foi-a-pol%C3%ADtica-de-embranquecimento-cultural-no-brasil-do-s%C3%A9culo-xx-e3a4902f6f43>.

Acesso em: 2 set. 2021.

VELAME, Fábio Macêdo. *Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira: o Omo Ilê Agboulá: um templo do culto aos Egum no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

WENTZ, Babi. *Acervo do Museu da República, no Catete, ganha peças de religiões afro*. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/museu-da-republica-tem-agora-em-seu-acervo-pecas-religiosas-afro/>. Acesso em: 2 jul. 2021.